

Congresso reabre e leva ministros para depor

Os ministros Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, e Aluizio Alves, da Administração, deverão ser convocados pela Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos a respeito de denúncias envolvendo as suas pastas. Após um mês de recesso, essa deverá ser uma das primeiras medidas a serem tomadas pelos deputados que agora, além das sessões da Constituinte terão uma sessão por semana — nas quartas-feiras pela manhã — para legislar pela Câmara dos Deputados.

Nos últimos dias vários parlamentares vêm usando a tribuna da Constituinte para protestar contra algumas irregularidades apontadas pela imprensa no Ministério da Previdência e Assistência Social e no Ministério da Administração. A primeira delas diz respeito à compra de 328 apartamentos em Brasília feita pela Previdência Social.

O deputado Adylson Motta (PDS-RS), que já encaminhou vários requerimentos à Mesa da Constituinte pedindo esclarecimento sobre medidas adotadas pelo Governo Federal, tem agora a oportunidade de pedir a convocação dos ministros, o que vai fazer esta semana, na primeira sessão da Câmara após o recesso. Ele quer saber do ministro Raphael de Almeida Magalhães porque foram comprados os 328 apartamentos em Brasília num momento que o Governo anuncia contenção dos gastos públicos.

Adylson Motta quer saber também do ministro Aluizio Alves porque o Governo contratou 9.700 funcionários recentemente, poucos dias depois do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, anunciar uma contenção dos gastos públicos. A

contratação foi feita pouco depois de o presidente Sarney assinar um decreto proibindo novas contratações. Tem acompanhado Adylson Motta nestes protestos os deputados Amaury Muller (PDT-RS) e José Costa (PMDB-AL).

Mudanças

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Homero Santos (PFL-MG), explica que foram feitas algumas modificações no funcionamento da Casa para depois do recesso. Por um acordo, entre as lideranças, as CPIs (Comissões Parlamentares de Inquéritos) foram suspensas, assim como todas as comissões da instituição, a exceção da Comissão de Finanças, até que a Constituinte conclua seu trabalho.

A outra modificação, é que a partir de agora o parlamentar que quiser ter um projeto apreciado pelo plenário ou convocar um Ministro de Estado para prestar esclarecimento à Casa, não precisará mais contar com o apoio de todas as lideranças partidárias. Basta que a metade dos deputados, mais um, ou seja, maioria absoluta, subscrivam o seu projeto ou requerimento e assim a mesa da Casa o acate.

Senado

O Senado deverá ter o mesmo procedimento que a Câmara, já que a Assembléia Nacional Constituinte tem precedência sobre as duas casas. Antes dessas modificações, serem feitas, o Senado já tinha uma sessão marcada para às 14h30, desta segunda-feira, que deverá ser adiada. O presidente da casa, senador Humberto Lucena, está viajando e assim que voltar deverá decidir que dias vão se realizar as sessões daquela Casa.

Relator reduz artigos da nova Constituição

O grupo de 32 constituintes que está realizando o trabalho de enxugamento do projeto de Constituição para o relator Bernardo Cabral eliminou, em reunião realizada ontem, cerca de 30 artigos, totalizando 231 artigos na parte de disposições permanentes. Os temas considerados mais polêmicos, segundo o coordenador do grupo, senador José Richa (PMDB-PR) estão sendo deixados para uma fase posterior dos trabalhos, quando se pretende ampliar o número de membros para algo em torno de 150 a 200 parlamentares.

«Os temas mais polêmicos estão sendo deixados para depois, de forma a incluir mais gente na discussão», disse o senador José Richa após a reunião. Esses temas foram subdivididos pelo grupo em dois princípios: ideológico e político. No primeiro estão incluídos a estabilidade no emprego, jornada de trabalho, pluralidade sindical, reforma agrária, intervenção do Estado na economia, educação, reserva de mercado, empresa nacional e anistia. Os temas políticos foram limitados a três subtemas: duração de mandato presidencial, sistema de governo e sistema eleitoral.

O senador Virgílio Távora (PDS-CE), membro do grupo, explicou que a intenção principal dos trabalhos é realizar uma síntese das propostas apresentadas de forma a que elas sejam encaminhadas à Comissão de Sistematização em forma de emendas aos artigos do anteprojeto constitucional. Somente o item que trata de sistema de governo seria remetido ao relator Bernardo Cabral em três emendas distintas: a que consta atualmente do anteprojeto, um presidencialismo híbrido, e duas outras que propõem formas puras de presidencialismo e parlamentarismo.

O mesmo procedimento que foi utilizado para a questão de sistema de governo (apresentação de mais de uma emenda), segundo o deputado Israel Pinheiro (PMDB-



MG), poderá vir a ser adotado para outros pontos considerados polêmicos caso a discussão, com o grupo ampliado não consiga chegar a um consenso. «Nós estamos realizando um trabalho técnico, um trabalho braçal, de forma a eliminar as contradições e assuntos que não são considerados constitucionais», esclareceu o parlamentar mineiro. O «tântalo», nome pelo qual o grupo designou a etapa de enxugamento do anteprojeto constitucional, continuará a partir de segunda-feira.

Conforme explicou o senador Virgílio Távora, o esquema de trabalho traçado pelo grupo prevê o término dessa fase de enxugamento terça-feira, com prazo de tolerância até o dia seguinte. O resultado do trabalho será distribuído aos parlamentares, que deverão analisá-lo no final de semana próximo. Somente nos dias 10 e 11 será realizada a votação das modificações propostas. Já com o grupo ampliado.

Na parte da tarde, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, reuniu-se com o parlamentar Nelson Jobim (PMDB-RS) para dar continuidade ao trabalho de enxugamento do anteprojeto constitucional e preparar o substitutivo que será encaminhado ao Plenário da Constituinte.